

O (DES)APROPRIADO LUGAR DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nathachy Twane Gomes de Arruda¹

O presente trabalho visa refletir a relação existente no âmbito da educação especial e educação inclusiva no que versa sobre a patologização do sofrimento psíquico, a medicalização da vida e o lugar da criança com características que divergem do grupo nomeado como “normal”. A partir desta nomeação já se pode marcar o ponto de partida utilizado como parâmetro no contexto escolar tradicional, o qual ainda na contemporaneidade permeia vigorosamente um lugar de desapropriação e exclusão daqueles que estão fora da norma. Como já apontava Paulo Freire (1970) nas instituições escolares os alunos geralmente funcionam sob uma lógica a partir de padrões pré-estabelecidos, bem desenhados e delimitados, afetando subjetividades, cuja a atual tendência é serem enquadradas em uma grande variedade de diagnósticos. Se pensarmos a história da educação, como corrobora Romanelli (1987), e entendermos que seu começo se deu pela necessidade de educar para ser um corpo útil ao mercado de trabalho, abre-se espaço para pensar que uma criança que não atende a demanda de utilidade mercadológica acaba sendo incluída fora dessa lógica.

Apesar do avanço em relação as políticas públicas voltadas para os direitos da criança e pontualmente das crianças com “necessidades especiais”, a realidade que se apresenta é de outra maneira, não sendo garantido o direito de inclusão e apropriação nas práticas e atuações educacionais. Paralelamente se faz possível pensar que quando se começa a fazer valer o “direito para todos”, a educação especial tem um publico alvo e o mercado dá um jeito de capturar a criança enquanto um corpo útil para atender a indústria farmacêutica, por exemplo, pela perspectiva da inflação diagnóstica, onde ninguém fica de fora. Será que a “inclusão” hoje se dá pela via da psicopatologia? Muitas vezes, essa (mercado)lógica não está interessada em acompanhar as singularidades e diferenças, as quais devem ser consideradas para traçar estratégias e instrumentos que podem ser de fato uma educação inclusiva. Observa-se uma crescente pandemia diagnóstica e patologização da vida diária e trata-se de um paradigma que não dá conta das diferentes necessidades. Faz-se necessário considerar também a história

¹ Mestranda em Psicologia Institucional: subjetividade, saúde e clínica na Universidade Federal do Espírito Santo. Pós graduanda em psicanálise com crianças e adolescentes: teoria e clínica no Instituto de Ensino superior em psicologia e educação. Graduada em psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Membro Associada da Escola de Psicanálise Corpo Freudiano. nathachy.arruda@gmail.com

social da configuração familiar no Ocidente, buscando localizar o lugar da criança e o surgimento do sentimento de infância, como propõe Ariés (2014). É importante se atentar para as conseqüências psíquicas, articuladas pela linguagem, decorrentes das modificações sociais e respectivos discursos. Ariés (2014) concluiu que na sociedade medieval ainda não existia o sentimento de infância, esse que passava pela consciência das particularidades que diferenciava a criança de um adulto, chegando a inferir que a criança muito pequena “não contava”. No final do século XVII, houve mais uma transição e essa marcou outro sentimento de infância, o qual trouxe forte atravessamento na educação, perdurando até o século XX. O autor (ibid.) coloca que ainda se tinha o apego à infância, porém através do interesse psicológico e moral, com a preocupação de que as crianças se tornassem pessoas “honradas, probas e racionais”. Foi no século XVIII que além dos sentimentos descritos anteriormente, também surgiram os cuidados com a higiene e a saúde física, realocando a criança para um lugar central na família e produzindo a preocupação com o seu futuro. A psicanálise, inaugurada por Sigmund Freud, marca sua grande contribuição no século XX, permitindo pensar o lugar da criança na fantasia parental e os desdobramentos para sua constituição enquanto sujeito, autenticando o lugar da criança no que diz respeito a sua formação no período temporal chamado infância e a marcação da inscrição atemporal do infantil. Sobre o lugar da criança no discurso, atendendo a certo lugar social, Costa reflete ao dizer que:

Com a ascensão do capitalismo e dos ideais da burguesia, os valores individuais ganham cada vez mais importância. A criança transforma-se num investimento lucrativo para o Estado, ela é vista como uma força de produção que traria lucros a longo prazo. Passa a ser valorizada a partir de um modelo pedagógico que visa educá-la com o objetivo de assegurar o futuro da civilização. (2010, p.12)

Verifica-se que essas representações sociais, a partir de ideais, trazem conseqüências psíquicas clínicas pelos enquadramentos a estereótipos comportamentais. Uma criança que tem o comportamento desviado do padrão estabelecido, aquela que “dá trabalho”, “bagunceira” e “questionadora”, torna-se um incômodo para a sociedade e um alvo fácil para a indústria farmacêutica. Porém em sua realidade psíquica, como sujeito do inconsciente, ela é legitimada em sua desordem, afinal se depara muito cedo com o difícil jogo do seu desejo com o desejo do outro, com as angústias e sofrimentos que montam sua história e então, desde muito cedo, começa a expressar seu mal-estar.

A criança positivamente recebida pela sociedade, aquela quieta e normatizada, geralmente guarda seu sofrimento, mas não sem sinalizá-lo e a escola acaba sendo o lugar onde isso aparece. Através da psicanálise, como perspectiva teórica, veremos o quanto a inclusão da diversidade se refere a todos os alunos, sejam da educação especial ou não, considerando que não se trata de identidades, mas dos modos subjetivos possíveis e diversos de existir no mundo. Freud (1925) argumenta sobre a impossibilidade de governar, educar e analisar, nos convocando a pensar justamente o quanto é impossível um fazer pela via da totalidade, ou seja, por um modelo totalitário que determina o “ser”. O interesse nesse estudo justifica-se pela importância de uma prática pautada na diversificação pulsional, marcada pelo incontrolável funcionamento inconsciente e a partir do aforismo freudiano de que não se educa o inconsciente. Nesse sentido, Voltolini (2011) propõe o quanto é enganoso achar que exista uma só direção pedagógica, pois a presença do inconsciente introduz um controle impossível sobre qualquer cartilha. Aqui destaca-se o quanto é preciso ter uma visão ampla de “educação”, do ponto de vista de Lajonquiere:

Educar é transmitir marcas simbólicas que possibilitem ao pequeno sujeito usufruir um lugar no campo da palavra e da linguagem a partir do qual seja possível se lançar às empresas impossíveis do desejo. O desdobramento de uma educação, de uma filiação simbólica humanizante, pressupõe na origem que o "adulto" receba a criança como se fosse um estrangeiro (2004).

Acredita-se assim, que é impossível pensar o ser humano sem escapar da linguagem, esse esteio simbólico que humaniza, se atentando para o fato de que há uma realidade psíquica pela tela da fantasia. Freud pontua que quando nasce um bebê e este é inserido na linguagem, começa sua constituição enquanto um ser em falta, enquanto um ser que falta a determinação biológica, perdendo o instinto animal, e ganhando a dimensão simbólica, tornando-se um corpo pulsional. Assim, nasce o sujeito da Psicanálise, aquele que enquanto efeito da palavra possibilita produzir novos efeitos de sujeito, novos trilhamentos da pulsão e novas posições. Rodrigues (2005) analisa como o século XXI é bombardeado pelas ciências objetivas e imediatas, as quais fortalecem a noção de especialismo e reproduzem conceitos fechados, impondo verdades que aprisionam o sujeito. Pode-se observar essa afirmação, ao se excluir a subjetividade com o predomínio dos meios técnicos de lidar com o sofrimento, padronizando o sujeito em manuais diagnósticos de “auxílio” nas classificações psiquiátricas, e também pela indústria farmacêutica, ao se “normalizar” uma sociedade à base de remédios. O sofrimento e as dificuldades humanas estão sendo permeado por vários campos do saber

e de diferentes especialidades científicas que adotam a medicalização do mal-estar como um recurso frente à esses dilemas e demandas. A partir da colocação de uma infância generalizada, aquela que pressupõe um modelo de “ser” para a criança, tem-se a segregação quase como regra, onde o lugar para uma criança fora desse modelo acaba sendo des-apropriada. Se no passado o lugar da criança, principalmente das crianças com necessidades especiais, era o de exclusão, no presente esse lugar parece passar para o lugar de sujeito universal. Um retorno ao desamparo. Cabe a todos os atores desse cenário acolher essa demanda para que todos juntos possam caminhar rumo a uma educação inclusiva e revolucionária. A escola é um espaço que pertence a todas as crianças, essas precisam ser escutadas, não colocando a psicopatologia acima do direito de ser criança. Não cabe mais tentar encaixar todos em uma mesma fórmula, em um ambiente tão plural, onde essa pluralidade tem relevância para a criação de uma nova realidade educacional.

Quando se escuta, aparece o simbólico articulado ao que está sendo enunciado pela criança e assim se costura fios de uma enunciação para que esses sujeitos transitem com menor vulnerabilidade aos enquadramentos, oportunizando as intervenções multidisciplinares, furando um saber pronto. O diagnóstico, na maioria dos casos, impossibilita pensar saídas possíveis, pois determina um “destino” e fecha o sentido. Dessa forma, a Psicanálise no processo da educação inclusiva possibilita escutar o sujeito que já se apresenta naquela criança e será expresso pela linguagem possível.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Psicanálise. Sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2014.

ARAGÃO, E.M.; BARROS, M.E.B.; OLIVEIRA, S.P. **Falando de metodologia de pesquisa**. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, UERJ, Ano 5, n.2, jul./dez. 2005. In: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11175/8882>.

COSTA, T. **Psicanálise com crianças**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra. RJ. 12^a. 1970.

FREUD, Sigmund. **Prefácio a Juventude desorientada**. 1925. In: _____. O Ego e o ID e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, V. XIX).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil; 1930/1973** 9ª ed. Petrópolis. Vozes, 1987.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Educação e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LAJONQUIERE, Leandro de. A infância, a escola e os adultos. Em Anais do 5. Colóquio do LEPSI IP / FE-USP, 2004 [online]. 2004 [citado em 27 de agosto de 2021]. Disponível a partir de: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032004000100003&lng=en&nrm=iso> . Acessado em 27/08/2021